

**SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA**

**COMITÊ TÉCNICO DE AUDITORIA INTERNA DA JUSTIÇA FEDERAL – CTAI-JF**

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CTAI-JF**

**DATA : 23/9/2021**

**LOCAL : PLATAFORMA TEAMS**

**HORÁRIO : 15h às 18h30**

**PARTICIPANTES:**

**Eva Maria Ferreira Barros**

Secretária de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

Presidente do CTAI

### **Marília André da Silva Meneses Graça**

### Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Membro do CTAI

**Raphael Junger**

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Membro do CTAI

### **Patrícia Ribeiro**

Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Membro do CTAI

### **Wolfgang Striebel**

### Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Membro do CTAI

**Sídia Maria Porto Lima**

Diretora da Subsecretaria de Auditoria Interna

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Membro do CTAI

### **Christiane Negrão Santos**

### Diretora da Subsecretaria de Auditoria Interna, em exercício

Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Membro do CTAI

### **Rita de Cássia Sapia Alves da Cruz**

### Diretora do Núcleo de Auditoria Interna

Seção Judiciária de São Paulo

Membro do CTAI

### **Carlos Augusto Legendre Lima**

### Diretor do Núcleo de Auditoria Interna

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Membro do CTAI

### **Cesar Oliveira de Barros Leal Filho**

### Supervisor da Seção de Auditoria Interna

Seção Judiciária da Paraíba

Membro do CTAI

- **Angelita da Mota Ayres Rodrigues**

Subsecretária de Auditoria de Governança e de Gestão

Secretaria de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

- **Débora Cristina Jardim Vaz**

Seção de Auditoria de Gestão e Prestação de Contas

Secretaria de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

**- Fábio Junio Dantas**

Subsecretaria de Auditoria de Licitações, Contratos e de Pessoal, em exercício

Secretaria de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

- **Roberta Bastos Cunha Nunes**

Assessoria Técnica

Secretaria de Auditoria Interna

Conselho da Justiça Federal

|  |  |
| --- | --- |
| **TEMA** | **OBJETIVOS** |
| **Abertura** |  |
| **Tema 1:** Plano de Auditoria de Longo Prazo - PALP | **Objetivo:** Uniformizar os temas a serem incluídos no próximo Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP – para o quadriênio 2022-2025.  **Possíveis temas sugeridos pelo TRF1:**   1. Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial; 2. Avaliação do sistema de governança; 3. Gestão de riscos e controles internos; 4. Avaliação de resultados (planejamento estratégico, projetos, programas); 5. Gestão de pessoas; 6. Governança e gestão das contratações; 7. Gestão da tecnologia da informação; 8. Gestão de precatórios e RPVs; 9. Gestão Ambiental; 10. Avaliação do cumprimento da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e da LAI (Lei de Acesso às Informações); 11. Gestão documental.   A Secretária de Auditoria Interna apresentou os dispositivos normativos relativos ao PALP e comunicou que a SAI/CJF já autuou o processo referente ao PALP no CJF e já o encaminhou às unidades do CJF, tendo recebido diversas manifestações.  Em seguida, a Secretária de Auditoria Interna do TRF1 discorreu sobre as sugestões apresentadas ao PALP por aquele Tribunal e as razões pelas quais considera importante a inclusão de cada tema sugerido.  A Secretária de Auditoria Interna do CJF lembrou que no PALP anterior (2018//2021) a maior parte desses temas propostos já haviam sido contemplados. A Subsecretária de Auditoria de Governança e de Gestão da SAI/CJF ressaltou que, na área da gestão ambiental, em 2016 foi realizada auditoria conjunta nas licitações sustentáveis e, em seguida, foi realizado o monitoramento. Disse que, de fato, a regulamentação da matéria já sofreu avanços e que as unidades de auditoria interna sofrem cobranças dos gestores a respeito desse tema.  A Secretária de Auditoria Interna do TRF1 pontuou que, recentemente, foi publicada a Resolução n. 400 do CNJ sobre o tema da gestão ambiental e constatou que, de um modo geral, muitos órgãos ainda não estão cumprindo grande parte das determinações da norma. Observou que o CNJ está planejando uma auditoria coordenada na PDPJ (Plataforma Digital do Poder Judiciário), o que vai demandar um grande esforço de todos. Sugeriu que o CJF e os TRFs pensem em um trabalho conjunto para avaliação do cumprimento da nova Lei de Licitações.  A Secretária de Auditoria Interna do TRF5 comentou que, como os Órgãos estão muito sobrecarregados em função da obrigatoriedade de realizar, anualmente, a Auditoria nas Contas, bem como as auditorias coordenadas capitaneadas pelo CNJ, considerando a exiguidade das equipes, a margem de atuação das unidades de auditoria interna dos TRFs está reduzida. Opinou que o PALP deve se concentrar nos temas que o TCU mais demanda dos Órgãos e que o tema da Auditoria nas Contas deveria servir como “guarda-chuva” de um conjunto de temas. Na sua opinião, os temas sugeridos deveriam ser enxugados. Propôs que a implementação do Programa de Qualidade de Auditoria seja objeto de uma auditoria conjunta também, para que as unidades de auditoria interna façam uma autoavaliação.  A Secretária de Auditoria Interna do CJF salientou que alguns temas sugeridos, em face da relevância, não podem ser retirados, como por exemplo a gestão de riscos e controles internos e a gestão de pessoas. Acrescentou que o CJF está fazendo auditoria de gestão de riscos nos TRFs, tendo começado pelo TRF2, fazendo agora no TRF3 e que no próximo ciclo abrangerá os demais TRFs. Ponderou que, dos temas sugeridos, serão feitas auditorias apenas em relação a alguns aspectos desses temas. Lembrou, ainda, que o PALP pode ser alterado, caso haja a avaliação dessa necessidade  O Secretário de Auditoria Interna do TRF2 avaliou que alguns temas sugeridos são relativos à governança e outros são transversais aos processos de trabalho. Exemplificou que, no primeiro ano, poderia ser feita avaliação da gestão de riscos na gestão de pessoas, na gestão das contratações, na tecnologia da informação, na gestão ambiental, etc. No segundo ano, poderia ser feita a avaliação da gestão ambiental nesses processos, e assim por diante...  A Secretária de Auditoria Interna do TRF3 sugeriu que fosse escolhido apenas um tema para cada ano. No seu ponto de vista, os temas obrigatórios seriam a gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial e a gestão de precatórios e RPVs. Lembrou que, além das auditorias obrigatórias do TCU e do CNJ, as unidades de auditoria interna têm de se preparar para prestar os serviços de consultoria. Lembrou que as unidades de auditoria também precisam acompanhar o cumprimento dos acórdãos do TCU, acentuando que não há espaço para abarcar todos os temas sugeridos.  O representante da Seção Judiciária da Paraíba considerou importante a oportunidade de uniformizar os temas no âmbito do CJF e da Justiça Federal. Opinou que deve ser escolhido um número menor de temas para que todos trabalhem conjuntamente e de forma compartilhada.  A Secretária de Auditoria Interna do CJF sugeriu, então, que sejam mantidos todos os temas propostos e que cada Tribunal inclua no seu PALP apenas os temas que considerar exequíveis. Propôs que o tema da Gestão Ambiental seja tratado em auditoria conjunta no período final do PALP, talvez em 2024.  Em seguida, após mais discussões, decidiu-se que, na próxima reunião do CTAI, todos apresentarão suas propostas finais ao PALP e se deliberará conjuntamente sobre os temas do PALP e do PAA 2022. |
| **TEMA 2**: Auditoria de Precatórios | **Objetivo:** Alinhar procedimentos para a realização da Auditoria no ciclo de despesas com precatórios.  A Secretária de Auditoria Interna do CJF disse que os temas apresentados no primeiro treinamento sobre a Auditoria de Precatórios e RPVs foram os seguintes:  - Módulo I – Aspectos Gerais dos Precatórios;  - Módulo II – Aspectos específicos das requisições de pagamento;  - Módulo III – Elaboração do orçamento e do cronograma de desembolso; e  - Módulo IV – Procedimentos de migração de precatórios para o SIAFI, execução e consultas sintéticas.    Salientou que, para uma segunda etapa do treinamento, teriam de ser abordados os temas “Contabilização completa”, “Extração dos dados” e “Análise dos dados”.  Com relação ao tema, o Secretário de Auditoria Interna do TRF2 relatou uma ocorrência no TRF2 em relação à emissão das listas de precatórios. Disse que a lista de precatórios alimentares, emitida no mesmo dia daquela dos precatórios não alimentares, foi devolvida no dia seguinte ao da emissão. Manifestou preocupação, em função da observância da ordem cronológica. Ressaltou que foi possível contornar o problema, porque ocorreu dentro do mesmo mês, mas caso tivesse ocorrido no final do mês ou do ano, com a emissão de uma nova lista no mês seguinte ou no ano seguinte, poderia se caracterizar uma quebra da ordem. Mencionou que o SIAFI não prevê qualquer controle que impeça que a lista de precatórios comuns seja paga antes da lista dos precatórios alimentares, motivo pelo qual sugeriu a área responsável pelo pagamento no TRF2, como ponto de controle, a emissão da lista dos precatórios não alimentares 1 dia após a emissão da lista dos precatórios alimentares.  Após debate sobre o tema, a Secretária da SAI sugeriu ao Secretário de Auditoria Interna do TRF2 que conversasse com a área de Orçamento do TRF2 e que, também, verificará junto à Secretaria de Planejamento e Orçamento do Conselho se há possibilidade do SIAFI, caso haja devolução da lista dos precatórios de natureza alimentícia, implementar controle da emissão da ordem de pagamento dos precatórios, impedindo o pagamento dos comuns antes dos alimentares.  O Secretário de Auditoria Interna do TRF2 disse, ainda, que os servidores do Tribunal gostaram muito do primeiro treinamento, mas sentiram falta de aprofundamento do conteúdo ministrado, ou seja, manifestaram a expectativa de que seja oferecida uma segunda etapa do treinamento.  O Secretário de Auditoria Interna do TRF4 externou preocupação com a elaboração do Programa da Auditoria de Precatórios e sugeriu que, no próximo encontro com o TCU, fosse questionado se o TCU prestaria alguma espécie de assessoria na elaboração do Programa.  O Secretário de Auditoria Interna do TRF2 disse já ter um programa de auditoria pronto para essa modalidade de auditoria e que, em uma reunião futura, poderia compartilhar com os outros tribunais esse modelo de programa.  A Secretária de Auditoria Interna do CJF disse que irá consultar o instrutor do curso sobre a possibilidade de realização da segunda etapa e, na sequência, entrará em contato com todos para tratarem do assunto. |
| **TEMA 3**: Sistema Auditar | **Objetivo:** Discutir a implementação definitiva do Sistema Auditar no CJF e sua disponibilização aos TRFs.   |  |  |  | | --- | --- | --- | | **Identificação** | **Início** | **Término** | | [1 Elaboração dos artefatos de acordo com o MCTI](https://sei.trf4.jus.br/controlador.php?acao=entrega_projeto_consultar&acao_origem=projeto_detalhar&acao_retorno=projeto_detalhar&id_entrega_projeto=430&id_planejamento=1&id_projeto=143&infra_sistema=100000078&infra_unidade_atual=110001078&infra_hash=da1c710c00e6d22105781beeb416887aa7c500c18c513653756431ee43cb2fe4) | 22/04/2016 | 30/06/2016 | | [1.1 Elaboração da análise de viabilidade da contratação](https://sei.trf4.jus.br/controlador.php?acao=atividade_entrega_consultar&acao_origem=projeto_detalhar&acao_retorno=projeto_detalhar&id_atividade_entrega=1093&id_entrega_projeto=430&id_planejamento=1&id_projeto=143&infra_sistema=100000078&infra_unidade_atual=110001078&infra_hash=7368b66cc800ae045b9507c9b526664fd6541b16c2e5c7fc2f08b277780e5899) | 04/10/2016 | 04/10/2016 | | [1.2 Elaboração do plano de sustentação](https://sei.trf4.jus.br/controlador.php?acao=atividade_entrega_consultar&acao_origem=projeto_detalhar&acao_retorno=projeto_detalhar&id_atividade_entrega=1094&id_entrega_projeto=430&id_planejamento=1&id_projeto=143&infra_sistema=100000078&infra_unidade_atual=110001078&infra_hash=5ed5d85434ac02256adab96667edaebd3c85494b5d3536747bbefa31deda7666) | 04/10/2016 | 04/10/2016 | | [1.3 Elaboração da estratégia da contratação](https://sei.trf4.jus.br/controlador.php?acao=atividade_entrega_consultar&acao_origem=projeto_detalhar&acao_retorno=projeto_detalhar&id_atividade_entrega=1096&id_entrega_projeto=430&id_planejamento=1&id_projeto=143&infra_sistema=100000078&infra_unidade_atual=110001078&infra_hash=980ff9ef57565660b0adfd65ea7adddccc8544624c67e71f05592d2e33d825af) | 19/01/2017 | 19/01/2017 | | [1.4 Elaboração da análise de riscos](https://sei.trf4.jus.br/controlador.php?acao=atividade_entrega_consultar&acao_origem=projeto_detalhar&acao_retorno=projeto_detalhar&id_atividade_entrega=1098&id_entrega_projeto=430&id_planejamento=1&id_projeto=143&infra_sistema=100000078&infra_unidade_atual=110001078&infra_hash=edc9e6b9f22881e2dcc716b503f58bc99f29ae215735450d41b68a92bd9d0185) | 19/01/2017 | 19/01/2017 | | [1.5 Elaboração do termo de referência](https://sei.trf4.jus.br/controlador.php?acao=atividade_entrega_consultar&acao_origem=projeto_detalhar&acao_retorno=projeto_detalhar&id_atividade_entrega=1099&id_entrega_projeto=430&id_planejamento=1&id_projeto=143&infra_sistema=100000078&infra_unidade_atual=110001078&infra_hash=5cc7fae54ab25c08d717abc17bb25fa4ad82396ac70f324198ca93dfe5e7a0a4) | 19/01/2017 | 17/10/2018 | | 3 Alimentar dados dentro do Sistema AUDITAR de acordo com o novo ciclo do Planejamento Estratégico | 20/9/2021 | 2/11/2021 | | [4 Testes das funcionalidades e avaliação do Sistema AUDITAR do CNJ.](https://sei.trf4.jus.br/controlador.php?acao=entrega_projeto_consultar&acao_origem=projeto_detalhar&acao_retorno=projeto_detalhar&id_entrega_projeto=966&id_planejamento=1&id_projeto=143&infra_sistema=100000078&infra_unidade_atual=110001078&infra_hash=aad5eafcc3701fb89f6b7841ad578a517542c4b9922aec4f501d00a1618c5215) | 3/11/2021 | 9/1/2022 | | [5 Treinamento dos usuários do sistema](https://sei.trf4.jus.br/controlador.php?acao=entrega_projeto_consultar&acao_origem=projeto_detalhar&acao_retorno=projeto_detalhar&id_entrega_projeto=991&id_planejamento=1&id_projeto=143&infra_sistema=100000078&infra_unidade_atual=110001078&infra_hash=4fa39491f026076c30f755ee215229d4f6f9f2a6a0d6db9f48cc4f205b5555d2) | 10/1/2022 | 24/4/2022 | | [6 Implementação do sistema](https://sei.trf4.jus.br/controlador.php?acao=entrega_projeto_consultar&acao_origem=projeto_detalhar&acao_retorno=projeto_detalhar&id_entrega_projeto=993&id_planejamento=1&id_projeto=143&infra_sistema=100000078&infra_unidade_atual=110001078&infra_hash=98451ea986b363c738bf03622f3fc62244ebfb2b7bb52c94c7bbf1e44b9f842c) | 25/4/2022 | 30/6/2022 | | **Equipe:**  Gerente: Angelita  Gestora: Débora  Membros: Roberta e Fábio | | |   Quanto ao Sistema Auditar, a Secretária de Auditoria Interna do CJF disse que o trabalho de implementação do sistema foi retomado no CJF, tendo sido reformulado o cronograma das fases de implementação, conforme o quadro acima apresentado.  A Secretária de Auditoria Interna do TRF1 lembrou que, em reunião do antigo CTCI realizada em 2019, o Secretário de TI do CJF disse que o sistema seria hospedado no CJF e que seria um sistema “multiórgãos”, ou seja, seria disponibilizado a todos os TRFs. Ela disse que, na época, já tinha sido implantado no Tribunal o sistema de auditoria da Conab, o SIAUD. Em face dessa reunião, deu início à implementação do Sistema Auditar no Tribunal, mas o projeto não obteve êxito, uma vez que não dispõe de servidor para se dedicar a essa implementação. Em face disso, optou por aguardar o CJF implementar o Sistema Auditar para que possa utilizá-lo. Seu receio é que o Sistema vem recebendo muitas críticas, pois se alega que é um sistema de comunicação de auditoria e não um sistema que realiza as auditorias.  Argumentou-se que os relatos dos Tribunais que hoje já utilizam o Sistema são de que o mesmo não atender a contento as necessidades das unidades de auditoria interna, uma vez que não tem integração com o sistema processual administrativo e com os demais sistemas corporativos, o que dificultará a interação com os usuários. Além disso, demanda grande esforço na alimentação dos dados, os quais precisam ser atualizados a cada mudança nas estruturas organizacionais e no planejamento estratégico.  A Secretária de Auditoria Interna do CJF ponderou que já foi despendido um grande esforço e tempo de trabalho para conclusão das fases iniciais do projeto de implementação do Sistema, e considera necessário investir na conclusão das demais fases, avaliar as necessidades de melhoria e trabalhar com o que já está pronto.  Após discussões, passou-se à deliberação acerca da continuidade ou não da implementação do Sistema Auditar.  Todos os membros dos Tribunais e Seções Judiciárias votaram a favor da desistência do Sistema Auditar e pelas tratativas futuras no sentido de adquirir outro Sistema. A SAI/CJF votou pela continuidade, ponderando que seria de suma importância uma avaliação mais aprofundada das funcionalidades do sistema por parte deste Conselho e pelos próprios membros do CTAI, antes de apresentar desistência. |
| **PRÓXIMA REUNIÃO** | A próxima reunião do CTAI, que terá como objetivo concluir os temas do PALP e do PAA – 2022, foi marcada para o próximo dia 8 de outubro, às 14h30. |